

Informação, Memória e Cultura na Construção de Narrativas Sociais

Luis Fernando Massoni

Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, Brasil

Valdir Morigi

Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, Brasil

REVIEW

Resumo

Objetivo. Apresentar uma reflexão sobre as relações entre informação e narrativa.

Method. Estudo exploratório e qualitativo, de cunho teórico, realizado por meio de revisão narrativa de literatura sobre informação e narrativa, a partir de autores da Ciência da Informação em diálogo com outras áreas do conhecimento.

Results. Defende uma concepção sociocultural do conceito de informação, amparada na subjetividade da memória e enredada pela cultura, de modo a relativizar a suposta objetividade da informação. A relação entre informação e narrativa é de complementação e dependência, pois as narrativas sobre o social são constituídas por fluxos informacionais. A informação auxilia na construção de novas narrativas e atualiza as já conhecidas, sendo o tempo algo central na narração.

Conclusions. A informação nutre, tensiona e expande as narrativas, pois quanto mais informações se possui sobre algo, mais é possível questionar as narrativas instituídas sobre o social. O ato narrativo é constituído de informações e o acesso a elas possibilita a reinvenção nas formas de produção, de apropriação, de mediação e de narração da realidade social.

Palavras-chave

Informação; Narrativa; Cultura; Memória.

Información, memoria y cultura en la construcción de narrativas sociales

Resumen

Objetivo. Presentar una reflexión sobre la relación entre información y narrativa.

Método. Estudio exploratorio y cualitativo de carácter teórico, realizado mediante una revisión narrativa de la literatura sobre información y narrativa, a partir de autores de la Ciencia de la Información en diálogo con otras áreas de conocimiento.

Resultados. Se defiende una concepción sociocultural del concepto de información, basada en la subjetividad de la memoria y enredada por la cultura, para relativizar la supuesta objetividad de la información. La relación entre información y narrativa es de complementariedad y dependencia, ya que las narrativas sobre la sociedad se componen de flujos de información. La información ayuda a construir nuevos relatos y actualiza los ya conocidos, siendo el tiempo un elemento central del relato.

Conclusiones. La información alimenta, tensiona y amplía las narrativas, porque cuanto más información se tiene sobre algo, más se pueden cuestionar las narrativas establecidas sobre la sociedad. El acto narrativo está hecho de información y el acceso a ella permite reinventar las formas de producción, apropiación, mediación y narración de la realidad social.

Palabras clave

Información; Narrativa; Cultura; Memoria.

Information, Memory and Culture in the Construction of Social Narratives

Abstract

Objetivo. To present a reflection about the relationships between information and narrative.

Method. This is exploratory and qualitative study, of a theoretical nature, carried out through a narrative review of literature on information and narrative, based on authors of Information Science in dialogue with other areas of knowledge.

Results. It defends a sociocultural conception of the concept of information, supported by subjectivity of memory and involved by culture in order to relativize the supposed objectivity of information. The relation between information and narrative is the complement and dependency because the narratives about the social are formed by informational flows. The information assists the construction of new narratives and updates the ones already known, considering the time something central in the narration.

Conclusions. The information nourishes, gives tension and expands narratives because the more information there is about something, it is more possible to question the established narratives about the social. The narrative act consists of information and access to them enables reinvention in the forms of production, appropriation, mediation and narration of social reality.

Keyword

Information; Narrative; Culture; Memory

1 Introdução

Propondo-se a trabalhar a partir da perspectiva interdisciplinar, a Ciência da Informação possui desafios e potencialidades inerentes à nossa sociedade, cada vez mais conectada e complexa. Como qualquer campo do saber, ela está em constante tensão entre as diferentes perspectivas que a compõem e, sendo uma ciência relativamente nova, suas bases teóricas continuam em construção. O próprio conceito de informação é motivo de discussão, sendo constantemente repensado, sem que haja um pleno consenso – o que é benéfico, pois na ciência as verdades absolutas não resistem ao tempo.

Tanto a Ciência da Informação como o seu objeto de estudo, a informação, têm as teorias que as explicam, constituindo articulações entre elas e outros conceitos e/ou fenômenos, como tecnologia, mediação, memória, ciência, etc. Aproximando-nos de uma perspectiva sociocultural do conceito de informação, a compreendemos como um fenômeno que só pode ser explicado quando articulado aos seus contextos sociais de produção, comunicação, uso e apropriação. Estes contextos sociais, para nós, são alicerçados na cultura, gerando memória e, por meio dela, persistindo no tempo e, ao mesmo tempo, reinventando-se.

Nesse mesmo viés, entendemos ser a informação um elemento fundamental no processo de construção das múltiplas narrativas sociais presentes em nossa sociedade. Em uma perspectiva não muito otimista sobre informação e narrativa, o célebre texto *O Narrador*, de Walter Benjamin, percebia, a partir da ascensão da informação, a sentença de morte da narrativa, que a sufocaria com seu imediatismo, objetivismo e efemeridade. Essas características, para Benjamin (1994), empobreceriam a experiência e acabariam com a criatividade, fundamentais no processo de constituição das narrativas. Contrapondo este contexto, questionamos: como a informação atua contemporaneamente na construção das narrativas sobre o social?

No presente estudo, objetivamos refletir sobre as relações entre informação e narrativa, sem desconsiderar a contribuição valorosa e perspicaz de Benjamin. Para tanto, utilizamos uma abordagem qualitativa, devido ao foco na compreensão, interpretação e análise aprofundada dos conceitos teóricos estudados. Quanto aos objetivos, trata-se de estudo exploratório, uma vez que enseja investigar e compreender conceitos teóricos e propor novas ideias e perspectivas. Com relação aos procedimentos adotados, realizamos uma pesquisa bibliográfica, sendo que, para a composição da reflexão teórica que estrutura este texto, optamos pela revisão narrativa da literatura sobre informação e narrativa, com ênfase no papel da cultura e da memória na articulação entre ambas. A revisão narrativa, conforme Vosgerau e Romanowski (2014), possibilita estabelecer relações com produções anteriores, identificando temas recorrentes e apontando novas perspectivas, mas partindo de procedimentos menos protocolares do que revisões de cunho sistemático, por exemplo.

Para proceder com tal revisão, priorizamos autores referenciais nas temáticas discutidas, o que justificou a escolha pela revisão narrativa, que permite a liberdade de selecionar textos e autores referenciais em um determinado campo ou tema de estudo. Partimos de uma explanação acerca do conceito de informação, aproximando-a dos fenômenos da cultura e da memória, por meio de autores especialistas nestes conceitos, conhecidos, internacional e nacionalmente, como Capurro e Hjørland (2007), Capurro (2003), Mattelart (2005), Couzinet (2022), Araújo (2018), Marteleto (2007), Marteleto e Saldanha (2016), Frohmann (2008), González de Gómez (2002), Logan (2012), Candau (2021) e Dodebei (2010). Também pensamos a narrativa como fenômeno humano temporal, especialmente a partir da clássica concepção de Benjamin (1994), mas considerando a perspectiva interdisciplinar sobre o tema e as contribuições contemporâneas de autores que refletiram sobre as narrativas na atualidade, como Morigi e Bonotto (2004), Motta (2013), Barbosa (2003) e Leal (2006). Por fim, refletimos sobre o uso das tecnologias na divulgação de narrativas através das mídias sociais na atualidade, fenômeno que se expressa por meio de informações, convergindo com a concepção defendida na tese de Nascimento (2007).

Este texto é um extrato aprimorado da tese de Massoni (MASSONI, 2021), defendida no Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS - Brasil), que refletiu sobre informação, comunicação, memória e narrativa. Na tese, lançamos um olhar sobre o conceito de informação para, articulando-a com a cultura e a memória, compreender a informação não como “morte” ou “destruição” da experiência e da narrativa, mas justamente como possibilidade de reinvenção das narrativas sociais no seio de nossa sociedade contemporânea. Ou seja, as narrativas se mantêm ativas em nossa sociedade porque estão envoltas em práticas socioinformacionais.

2 Perspectivas sobre a Informação

Historicamente, os estudos sobre a informação foram pautados por uma abordagem tecnicista, que enfatizava a organização e a recuperação da informação, bem como os processos de comunicação científica. Pelo destaque que receberam ao longo do tempo, essas discussões se encontram em um estágio bastante avançado, especialmente alavancadas pelo desenvolvimento tecnológico das últimas décadas. Entretanto, a informação não se restringe a essa seara tecnicista: nossa abordagem sobre a informação propõe pensá-la como um fenômeno amparado nos processos de construção da memória social, constituído por representações sociais, tendo em vista o caráter indissociável de ambas (VALENCIA, 2005), permeando nossas práticas socioculturais.

Refletindo acerca das abordagens sobre o conceito de informação, Capurro e Hjørland (2007) salientam algumas perspectivas importantes que marcaram a constituição das correntes contemporâneas de compreensão da informação. Ao longo do tempo, esses estudos desenvolveram-se a partir de concepções mais matemáticas e impessoais, passando por discussões de questões cognitivas, até os olhares atuais, afetados pela aproximação da Ciência da Informação com a Hermenêutica, a Semiologia e outras áreas.

Na prática, essas alterações significaram uma profunda transformação na forma como pesquisadores cercavam para análise seus objetos de estudo, bem como nas posturas adotadas por profissionais da informação perante os serviços que prestavam. Deixando de ter os sistemas de informação e a infraestrutura tecnológica como centro, passaram a tentar compreender a interpretação e a apropriação que os sujeitos fazem da informação, buscando amparo nas relações sociais mais amplas para explicar as práticas informacionais desses sujeitos. Assim, a preocupação exacerbada com a infraestrutura de informação cedeu lugar aos sujeitos que a acessam, para depois focar nos contextos socioculturais em que eles estão inseridos.

Desse modo, além das questões sobre a memória que implicam no processo de guarda, organização e conservação, inerentes aos estudos das áreas da Biblioteconomia, da Arquivologia e da Museologia, surgiu a preocupação da promoção do acesso aos documentos e materiais que compõem os acervos, de modo a contribuir efetivamente com a difusão do conhecimento, fazendo emergir a inquietação com os sujeitos sociais e o sentimento de pertencimento à cultura local, possibilitando a formação de sujeitos autônomos e críticos. Essa é uma atividade que não depende apenas da aplicação das técnicas, mas está intimamente relacionada com as ações socioculturais desenvolvidas pelas instituições que trabalham com informação.

O conceito de informação, segundo Capurro e Hjørland (2007), é crucial na distinção entre informação como um objeto ou coisa e a informação como algo subjetivo, ou seja, um signo que depende da interpretação do agente cognitivo. Na concepção dos autores, “a visão interpretativa desloca a atenção dos atributos das coisas para os *mecanismos de liberação* para os quais aqueles atributos são relevantes” (Capurro; Hjørland, 2007, p. 193, grifo dos autores). A perspectiva sobre a informação que adotamos nesse texto inclui o campo dos afetos que permeiam a construção das memórias sociais, aproximando-se da segunda opção apontada. Apesar disso, não nos comprometemos com um viés individualista, uma vez que, como também indicado pelos autores, os significados dos fenômenos sociais são determinados a partir dos contextos sociais e culturais.

Independente da corrente teórica escolhida, Capurro e Hjørland (2007) atentam sobre a necessidade de cercar a informação para análise sem compreendê-la como um conceito isolado, mas considerando as suas relações com outros conceitos, tais como “documentos” e “mídia”. Tal afirmação se deve aos múltiplos usos socioculturais que fazemos da informação, pois ela está presente em diversas práticas de nosso dia a dia:

A informação ensina a vigilância crítica, a expressão pessoal, a capacidade de fazer escolhas; facilita a apropriação dos saberes, permite progredir e adaptar-se, reconhecer e compreender a elaboração da informação, perceber os desafios subjacentes e os efeitos esperados. Portanto, ela é fundamental para a compreensão e integração na sociedade. (COUZINET, 2022, p. 25).

A abordagem aqui proposta, por sua vez, é orientada para a interpretação do conceito de informação a partir das suas relações com a cultura, de modo a compreendê-la em sua atuação na constituição de narrativas sociais. Entendemos que é preciso repensar a ideia de informação em que a produção de sentido não importa, estando essa “[...] desligada da cultura e da memória [...]” (MATTELART, 2005, p. 6), em um estado no qual o seu valor é determinado pelo tempo. Nessa concepção, cremos que a informação, ao ser difundida sem considerar a cultura e recebida sem posicionamento crítico ou reflexividade, pode trazer impactos na construção do bem-estar social.

Na conhecida classificação epistemológica do campo da Ciência da Informação proposta por Capurro (2003), o autor identifica três paradigmas que norteiam os estudos na área, sem considerá-los, necessariamente, como uma evolução ou desenvolvimento histórico, pois se entrecruzam em diferentes períodos. Na visão do autor, a área surge em meados do século XX, inicialmente com um paradigma físico, posteriormente questionado por um enfoque individualista (o paradigma cognitivo), que depois cede espaço ao paradigma social e pragmático. O paradigma social, pelo qual temos especial interesse neste estudo, propõe uma valorização dos condicionantes sociais e materiais do existir humano (CAPURRO, 2003), entendendo os diferentes contextos dos indivíduos e as relações que estabelecem entre si, fundamentais para compreendermos a produção, a comunicação, a apropriação e o uso da informação.

A partir de um olhar panorâmico sobre a área, Araújo (2018) afirma que a área não nasceu como um campo de estudos tipicamente social, tendo se aproximado das abordagens das Ciências Sociais ao longo dos anos, conforme assumia uma postura de centralização dos sujeitos como principais atores e objetos dos sistemas de informação. Com a inclusão do sujeito como elemento fundamental das práticas informacionais, ganhou espaço a discussão sobre a interação entre diferentes sujeitos, seus interesses e atos, além da aplicação da informação em contextos específicos, tornando necessárias reflexões a partir de uma perspectiva ainda mais complexa e abstrata.

Segundo Araújo (2018), as tendências atuais de pesquisa na área têm inserido a informação no escopo da ação humana, refletindo sobre seus contextos socioculturais concretos. Este é um viés intersubjetivo que investiga a dimensão informacional dos processos socioculturais.

A ciência da informação tem caminhado para a consolidação de perspectivas calcadas em aspectos do chamado paradigma social. Isso evidencia uma tendência, que é também um olhar mais atento à complexidade dos fenômenos, ao inter-relacionamento de seus elementos e dimensões, bem como aos novos aspectos das realidades empíricas que demandam novos modelos explicativos. (ARAÚJO, 2018, p. 93).

Tais discussões adentram o campo das questões epistemológicas da Ciência da Informação. De acordo com Marteleto e Saldanha (2016), os estudos informacionais têm no terreno das práticas e da circulação social dos documentos um caminho promissor para fundamentar seu discurso epistemológico. Para os autores, ao longo do século XX, o pensamento informacional transformou-se de uma concepção sintática do conhecimento,

passando por uma abordagem cognitiva, até a emancipação da base crítica, que evidencia os usos sociais ou apropriações da informação, seus efeitos e significados.

Essa base crítica facilita a observação da informação a partir de seus usos e apropriações que realizamos das narrativas sobre o nosso cotidiano, do compartilhamento de saberes, resultado das nossas práticas socioculturais. Tal abordagem concebe a cultura como elemento crucial dos processos de construção da informação, formada por redes de informação que estruturam a nossa memória e auxiliam na construção de narrativas sobre a realidade social. Trata-se de uma matriz de pensamento que se aproxima do que Marteleto e Saldanha (2016) entendem como um estatuto epistemológico sociocultural da informação.

Isso significa assumir que a informação não está apenas na comunicação científica, no rádio, na TV ou em outros meios de comunicação, científicos ou não, mas compreendê-la como constituinte e mediadora de tudo o que está à nossa volta. Segundo Frohmann (2008), uma importante tarefa dos estudos informacionais é conciliá-los com fenômenos decorrentes das práticas sociais e públicas e das realidades políticas, econômicas e culturais que nos cercam. Visando entender essas articulações, o autor utiliza o termo “regime de informação” para se referir aos atores, instituições, veículos e cenários temporais e espaciais que formam os diferentes ordenamentos das ações e políticas de informação. Tais regimes são decorrentes das relações sociais e das formas específicas de poder exercidas em sua abrangência, no tempo e no espaço, por meio de narrativas, discursos sobre o social, amparando ou justificando as relações sociais e as práticas científicas e tecnológicas.

Refletindo sobre esse conceito, González de Gómez (2002) disserta acerca das vinculações políticas da informação, a partir de suas inscrições documentais e tecnológicas, pensando a sua relação com o modelo moderno de soberania, onde o Estado era compreendido como agente principal de produção e disseminação de informações. Ao assumir tal posição, o poder público passava a gerir esse “capital informacional”, assegurando seu poder sobre outras instâncias sociais. Nessa perspectiva, a informação é objeto de disputas políticas, uma vez que dominá-la significava dominar os grupos sociais. Ou seja, o domínio sobre a informação social, enquanto expressão de poder, é disputado politicamente pelos diferentes atores sociais.

Do ponto de vista da relação entre política e informação, não se poderia falar de um momento a posteriori no qual, já dada a informação, estabelece-se seu valor, prioridade ou finalidade de acordo com estruturas ou posições de poder; enquanto ‘informação’ implique seletividade e escolha, a ‘politicidade’ estaria presente no âmago da emergência de conteúdos, ações, tecnologias, produtos e serviços de informação. (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 1999, p. 4).

Obviamente, a subjetividade é um elemento presente nos regimes de informação, pois a ideia de uma informação “verdadeira” não se sustenta quando constatamos que, como enfatiza González de Gómez (1999), os indivíduos, os atores coletivos e as organizações constroem valores de informação por meio da seleção e da decisão sobre o que informar. Para a autora, espera-se desses sujeitos uma autonomia informacional, atrelada a posturas éticas e políticas, mas o que percebemos é o desenvolvimento de regimes de informação com tendências monopolistas e hegemônicas.

Os fenômenos, processos e construções informacionais possuem “camadas” ou “estratos” envolvidos em uma pluralidade de linguagens, contextos materiais e tecnológicos e instâncias e organizações que regulam os fluxos informacionais, além de produtores, intermediários e usuários que definem o valor informacional (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 1999). O valor de informação é constituído pela seleção, individual e social, atrelada a um caráter emocional, cultural, prático e gnoseológico.

A informação seria constituída numa ação local, onde obtêm significado e valor, e não só localmente interpretada. A diferença que faz a diferença requer o reconhecimento de um julgamento seletivo de relevância, pelos agentes envolvidos. E isso acontece em contextos e situações específicas. (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2012, p. 55).

Do ponto de vista dos regimes de informação, as práticas informacionais são orientadas por interesses que envolvem diferentes agentes, que podem ser públicos como privados, individuais ou coletivos. Em uma concepção antropológica da informação, Marteleto (2007) a aborda como um fenômeno da ordem do conhecimento e da cultura, sendo um artefato material e simbólico produtor de sentidos, social e coletivamente enredada, marcado pelas representações e ações dos sujeitos envolvidos com sua produção e divulgação. Sem desconsiderar ou rejeitar o caráter material e funcional da informação, tal abordagem a compreende não apenas pelos aspectos técnicos, mas também culturais e políticos. A autora se apropria do conceito de “cultura

informacional” para refletir os processos macrossociais e microssituacionais da informação no contexto de autonomização dos campos sociais, de formação de uma esfera pública e da divisão dos segmentos sociais em produtores e consumidores de matérias informacionais (notícias, discursos e bens culturais).

Nesse sentido, a cultura informacional tanto se refere à ordem instituída, produtiva e necessária das informações, quanto aos modos singulares dos embates e apropriações situadas dos sentidos produzidos socialmente. Cultura, nesse modo de entendimento da realidade social de produção de sentidos, tem dimensões simbólicas e, ao mesmo tempo, instrumentais, quando a associamos aos modos de produção da informação. (MARTELETO, 2007, p. 20).

Assim, são discutidos não apenas os processos referentes ao fluxo informacional (produção, disseminação, uso, etc.), mas também os usos sociais ou apropriações particulares da informação, as apropriações contextualizadas da informação, bem como os significados a ela atribuídos pelos diferentes sujeitos. Na visão de Marteleto (2007), as últimas décadas são marcadas por um contexto de desestatização dos regimes de informação, cada vez mais geridos por sujeitos sintonizados com o mercado. Nesse contexto, o Estado e seus agentes perdem o espaço de protagonistas na produção e gestão de informações, sendo substituídos pelos agentes ligados à especulação mercadológica que, visando interesses financeiros, utilizam-se dos estoques informacionais para alcançar lucros por meio da produção e da venda de bens e serviços, cada vez mais relacionados à informação. Por óbvio, surgem disputas de interesses, na medida em que qualquer tipo de ruptura social sempre é acompanhado por resistências.

Orientados por essa concepção cultural, entendemos que a informação não é algo fixo, pois precisa de um contexto. Segundo Logan, se a cultura está em constante transformação, precisamos conceder à informação um caráter de relatividade, não a restringindo a um conceito unitário que independe dos fenômenos descritos por ela mesma. Em uma definição “ideacional”, o autor conceitua a cultura da seguinte forma:

Cultura consiste na informação simbólica que atua como uma ferramenta de adaptação mental e é exclusiva dos seres humanos. Cultura é o mecanismo pelo qual a aprendizagem das gerações anteriores é passada para a geração seguinte através da comunicação e da interação social. (LOGAN, 2012, p. 99).

A concepção apontada pelo autor compreende a cultura como um processo fundamentalmente constituído por informações e que, por meio da memória, é responsável por manter a coesão social e a manutenção de valores, constantemente moldados pelas interações entre os membros do grupo social. O papel da memória nesse contexto é justamente servir de recordação ou conhecimento imperceptível, manifestando-se sem a tomada de consciência, mas detendo os saberes e valores do grupo social (CANDAU, 2021). O viés apontado por Logan (2012) também destaca o caráter altamente valorativo e contextual da informação – que já não é apenas “informação”, mas sim “informação simbólica”, pois, em sua própria construção e divulgação, já possui um valor simbólico agregado. Esses símbolos socialmente compartilhados têm na memória social a sua garantia de manutenção e, de acordo com Dodebei (2010), a partir do século XX, o mundo adquiriu uma identidade informacional e memorial, pois informação e memória são a face imaterial da economia, representada pelo consumo de bens encontrados nas redes sociais ubíquas, e a face material da valorização de bens culturais e da preservação de patrimônios.

Quer se articule ao plano da oralidade ou ao da escrita, a transmissão da informação sempre esteve atrelada às condições de memória da humanidade. Do exercício da memória individual – jogos de mnemotécnica, passando pelas memórias auxiliares coletivas – arquivos, bibliotecas e museus, encontramos no século XXI com o dilema de conviver com uma memória que é informação e com uma informação que já é memória. Os meios de produção, armazenamento e circulação de memórias/informações são números em sua essência e imagens em sua aparência. (DODEBEI, 2010, p. 60).

Na prática, essas reflexões nos fazem compreender que só é possível analisar informações, bem como sua produção, comunicação, apropriação e uso, quando as pensamos a partir do contexto social e cultural dos sujeitos e dos grupos sociais. A obra de algum autor clássico da literatura nacional presente no acervo de uma biblioteca de periferia, por exemplo, talvez não possua o mesmo valor social do que a produção independente de algum escritor local. Do mesmo modo, seria impossível estudar temas contemporâneos, como a desinformação, apenas a partir de reflexões sobre a infraestrutura tecnológica de nossa sociedade. Afinal de contas, se estamos cercados por aparatos tecnológicos e dispomos de informações em abundância, o que explicaria nossa inaptidão para identificar informações equivocadas? Só é possível compreender os fenômenos informacionais complexos a partir das práticas realizadas no contexto sociocultural em que vivemos.

Esse conjunto de perspectivas apresentados acima nos leva à compreensão da informação mais como um processo ou um verbo do que como um substantivo ou uma coisa, enquanto a informação simbólica do pensamento humano e da cultura é não-material, configurando-se como um padrão de símbolos. Conforme Logan (2012), essa informação se expressa por meio da linguagem falada e vem e vai, preservando-se apenas na memória das pessoas envolvidas na conversação. Nesse sentido, fica evidente o papel da informação na construção das narrativas sobre o social.

3 Informação e Narrativa: o papel do tempo

Compreendemos a informação como um elemento construtor de narrativas sociais, pois a informação é constituída de sentidos, significados e representações, passível de entendimento apenas quando analisamos com cuidado o contexto sociocultural em que ela está presente e as intencionalidades que norteiam os sujeitos e/ou instituições que a divulgam, publicam e/ou compartilham através de suas narrativas. A informação é a matéria-prima de notícias, permeia discursos e é, para nós, estruturadora das narrativas sociais que produzimos sobre o mundo. Entendemos aqui narrativas sociais como as histórias que contamos, a partir das nossas experiências de estar no mundo, assim como o conjunto de informações que circulam e auxiliam na construção dos discursos de uma instituição, que acessamos e reproduzimos. Desse modo, a informação é a força motriz das narrativas sociais, que pode se apresentar de diversas formas: relatos, discursos, entre outros.

Cabe frisar a relevante contribuição do filósofo Walter Benjamin, com influências marxistas, que se dedicou a pensar as relações entre informação e narrativa. Na crítica como reflexão estética e política que realiza, Benjamin (1994) reflete sobre o ato de narrar a partir de um contexto de pós-guerra, com forte sentimento de desesperança e devastação, condicionando-o a olhar para o passado com esperança, idealizando-o, em uma visão nostálgica que o faz acreditar no desaparecimento progressivo da figura do narrador.

Em um momento histórico caracterizado pelo ritmo acelerado das sociedades industrializadas e pelo aumento da automação, o autor refuta essas tendências, entendendo que o romance e o texto jornalístico, bem como a informação de modo geral, seriam os responsáveis pela morte da narrativa (BENJAMIN, 1994). Para ele, a arte de narrar estaria em extinção, assim como a sabedoria, pois as ações de experiência estavam em baixa: “é como se estivéssemos privados de uma faculdade que nos parecia segura e inalienável: a faculdade de intercambiar experiências.” (BENJAMIN, 1994, p. 198). Em uma sociedade refém do relógio, todos correm contra o tempo para dar conta de jornadas exaustivas de trabalho. Esse era o cenário visualizado por Benjamin, que via nos sujeitos a incapacidade de narrar, pois, para isso, seria necessário ter experiências de vida, e a experiência já não acontecia, devido à superficialidade com que as pessoas se relacionavam.

As pessoas abreviaram a narrativa ao tirarem a densidade do conteúdo, demonstrando uma aversão cada vez maior ao trabalho prolongado. A informação, por sua vez, pelo seu caráter efêmero e objetivo, prejudicaria a narrativa, pois independeria da experiência (BENJAMIN, 1994). O autor apontava várias oposições entre a informação e a narrativa: a informação seria efêmera, enquanto a narrativa perpassaria o tempo; a informação seria objetiva, enquanto a narrativa era moldada pelo narrador (o narrador imprime suas marcas na narrativa, como a mão do oleiro na argila do vaso, o que aproxima o ato de narrar de um fazer manual, o que se percebe em expressões usadas pelo autor, como “trabalho manual”, “arte manual”, “ofício manual”); a informação sempre estaria acompanhada de explicações, enquanto a narrativa as evitaria ao máximo. Assim, na teoria benjaminiana, a narrativa estaria em vias de extinção.

Na Modernidade, estando a experiência em vias de extinção, cada vez mais difícil de praticá-la com plenitude, haveria espaço apenas para a vivência, um modo de interação mais superficial com o ambiente. Construída por informações, a narrativa seria menos densa e completa, pois era apenas o fruto da vivência – e assim, também, aprendemos a vivenciar o mundo por meio de informações, consumindo-as, sem ter com ele a experiência própria. Este é o pensamento de Benjamin (1994) a respeito das relações entre informação e a narrativa.

Em que pese a perspicácia do autor, é importante lembrar que qualquer pensamento é sempre temporal e circunstancial, sendo necessário analisar o contexto em que o autor viveu para melhor compreendê-lo. Benjamin certamente realiza uma leitura inteligente e aprimorada de seu contexto, tanto que suas considerações

continuam válidas, apesar de já ter se passado quase um século de sua escrita. Levando-se em consideração o desenvolvimento tecnológico e a aceleração contemporânea de nossas vidas, podemos afirmar que o quadro apontado pelo autor não apenas se manteve, como se agravou: cada vez mais vivemos imersos em um mundo estruturado por fluxos informacionais incessantes, e o trabalho continua dificultando a concretização de nossas experiências de vida, devido ao tempo que demanda.

Amparados a concepção de Benjamin (1994), poderíamos deduzir que a informação, ao intensificar a impressão contemporânea de aceleração do tempo (e da história), seria um impeditivo à possibilidade de experiências reais com a natureza, com a cidade e com o Outro. Entretanto, tal pressuposto precisa ser relativizado, pois nossa própria relação com o tempo não é linear e objetiva como se pensa.

Concordamos com o pensamento do autor sobre a experiência, em vias de extinção, ser a matéria-prima da narrativa. Por outro lado, a informação, da forma como a concebemos, não é necessariamente objetiva, pois não possui esse compromisso com a verdade. Aliás, é importante lembrar que, no campo das Ciências Humanas e Sociais, a própria concepção de “verdade” é questionada, pois toda prática humana é permeada por intencionalidades, causando distorções em qualquer história contada.

Do ponto de vista da Ciência da Informação, especificamente, a concepção de que informação é um constructo social, enredado por tensões, também não é nova, daí a relevância de seu paradigma social. Nesse sentido, além das dinâmicas sociais e culturais, é fundamental que a área invista em perspectivas que deem conta de compreender o papel da experiência e da subjetividade frente aos processos de produção, circulação, uso e apropriação da informação. Só por meio desse enfoque será possível efetivamente investigar a natureza mutável das informações e das narrativas sociais.

A experiência e a subjetividade são importantes para a informação porque são, antes disso, indispensáveis à constituição da memória. Construímos nossa memória por meio das experiências que desenvolvemos com o mundo que nos cerca e, é por meio dessa interação, que lançamos nosso olhar sobre ele – um olhar que pode até ser fruto da vivência social, mas sempre terá algo de único, pois nenhuma memória é igual à outra. Daí a importância de se considerar os elementos tanto objetivos quanto subjetivos que constituem a informação.

Apoiados na perspectiva da Psicologia Social, ciência que prioriza o diálogo interdisciplinar, temos mais subsídios para compreender a construção dos saberes sociais, que envolvem a relação entre o sujeito e o objeto. Conforme Jovchelovitch (2004), o saber social é um processo psicológico, pois se estrutura e se manifesta de forma psíquica, suscetível aos estratagemas da paixão, da ilusão e do desejo, mas também é social, porque o intersubjetivo é sua condição de possibilidade, ao passo que sua matéria advém da inteligibilidade da história e da cultura.

Considerando os aspectos acima, entendemos a informação como um fenômeno intersubjetivo. Isto é, ela possui um duplo caráter: objetiva e subjetiva. Ao afirmarmos que a informação possui uma dimensão objetiva, estamos considerando o formato em que ela se apresenta, seja em forma de narrativa, de discurso ou de relato. A sua dimensão subjetiva se expressa por meio de elementos ligados aos afetos, sentimentos, paixões e emoções que compõem os valores, as ideias e os interesses de seus produtores, de seus mediadores e de quem se apropria da informação. Assim, as narrativas sociais produzidas pela sociedade possuem componentes intersubjetivos.

Morigi e Bonotto (2004) refletem sobre como a informação expressa em manifestações e produtos culturais, a partir de um estudo sobre as narrativas musicais, contexto no qual ela está imbuída de componentes intersubjetivos:

[...] a informação tem inscrito em si um percentual de afetividade e **subjetividade**, o que confere a ela um caráter subjetivo e afetivo, impedindo que tenha um caráter exclusivamente imparcial, isento e objetivo. Por esse motivo, na informação histórica está presente, por mais que os próprios historiadores digam o contrário, também a informação afetiva. (MORIGI; BONOTTO, 2004, p. 148).

As informações que acessamos, como as que constituem narrativas sociais, não são isentas e imparciais e, portanto, afetam as nossas representações sobre os acontecimentos. Conforme os autores, elas atualizam e reordenam as impressões sobre o presente e modificam as representações sobre o tempo passado,

reformulando os imaginários e atuando como mediadoras entre o passado e o presente. Os autores afirmam que as lembranças evocadas pela memória social possuem relação íntima com o tempo imaginário ou significativo, que é apenas uma das dimensões do tempo instituído. Para tal, recorrem às concepções de Cornelius Castoriadis. O autor compreende que há dois tempos: o identitário e o imaginário. O identitário é o das medidas, dividido e segmentado em tempos iguais, expresso pelo calendário, representado pelos fenômenos periódicos do estrato natural, como dia, mês e ano, sempre referenciado a fenômenos espaciais. Já o imaginário, segundo Castoriadis (1982), é indefinível, inapreensível e maleável, pois não é a simples repetição de um acontecimento, na medida em que é instituído pela sociedade, pelas forças que o animam e pelos momentos privilegiados da atividade social.

Esses tempos estão em permanente articulação, sobrepondo-se em nossa experiência de vida e influenciando todas as nossas práticas, incluindo as narrativas que produzimos. Isso porque, o ato de narrar, embora seja circunscrito no tempo e no espaço, é fundamentalmente marcado pelo tempo imaginário, na medida em que

[...] 'narrar' apresenta-se como metáfora de 'articular' e o trabalho do pesquisador funda-se na apreensão dessas relações. As narrativas emergem como resultado da intermediação das forças sociais, as mais diversas; caracterizam equacionamentos possíveis dessas forças, em pontos peculiares do fluxo histórico e social. (LEAL, 2006, p. 22).

As narrativas são constituídas pela diversidade e pela pluralidade dos materiais simbólicos e suas naturezas, evidenciando a sua complexidade enquanto discursos sociais. Para Leal (2006, p. 20), “[...] narrar significa buscar e estabelecer um encadeamento e uma direção, investir o sujeito de papéis e criar personagens, indicar uma solução.” O autor ainda acrescenta que “as narrativas, assim, tecem a experiência vivida e podem aparecer no cotidiano, contadas pelos seres humanos, ajudando-os a viver e agrupando-os, distinguindo-os, marcando seus lugares e possibilitando a criação de comunidades.”

A narrativa é um fenômeno humano presente em todas as culturas e em todos os tempos. Segundo Motta (2013), narrar é relatar eventos de nosso interesse enunciados em um suceder temporal que se encaminha a um desfecho, enquanto a narrativa segue uma ordem: início, meio e fim. As narrativas tecem nossas vidas, nos entrelaçam, envolvem e constituem, conformando as representações de nós mesmos e de nossas identidades individuais. Para o autor:

O homem narra: narrar é uma experiência enraizada na existência humana. É uma prática humana universal, trans-histórica, pancultural. Narrar é um metacódigo universal. Vivemos mediante narrações. Todos os povos, culturas, nações e civilizações se constituíram narrando. Construímos nossa biografia e nossa identidade pessoal narrando. Nossas vidas são acontecimentos narrativos. O acontecer humano é uma sucessão temporal e causal. Vivemos as nossas relações conosco mesmos e com os outros narrando. Nossa vida é uma teia de narrativas na qual estamos enredados. (MOTTA, 2013, p. 17).

Desse modo, o ato narrativo está presente em todas as instâncias de nossas vidas, suscetível às nossas vontades e desejos, influenciada pelo olhar que lançamos sobre o objeto ou fenômeno narrado. Isso faz com que, na condição de narradores, tenhamos o controle sobre a produção de silêncios e esquecimentos em nossas narrativas, destacando alguns aspectos em detrimento de outros, o que evidencia a subjetividade das informações que produzimos e reproduzimos no ato narrativo. Segundo Motta (2013), a inclusão e a exclusão de elementos em nossas narrativas oscilam devido à imagem moral que desejamos construir ou passar.

A narrativa é fruto de uma representação sobre o mundo, uma versão dos fatos, um fragmento, uma concepção dentre as muitas possíveis acerca dos objetos e fenômenos narrados e memorados. Para Barbosa (2003), ao lidarmos com a experiência atual, somos afetados por nossas experiências passadas, mesmo que o armazenamento delas nunca ocorra de forma mecânica, pois há sempre um processo de releitura e atribuição de novos significados quando olhamos para o passado e o interpretamos. Memória e a narrativa têm em comum o fato de serem marcadas pelo tempo, sendo influenciadas e reformatadas pelo presente. Embora se refiram a fatos que dizem respeito ao passado, as narrativas e as memórias são constituídas por pessoas que possuem visões de mundo e expectativas com relação ao porvir.

Desse modo, nossas narrativas são moldadas pelo tempo em que são produzidas, pelos nossos valores, sentimentos e lugares de fala, sendo suscetíveis a enquadramentos, vontades e intencionalidades. Segundo

Motta (2013), sujeitos, grupos e instituições narram e interpretam a realidade vivida a partir dos lugares históricos em que se situam, ocupando posições de poder em que um é narrador e o outro é destinatário, o que evidencia a correlação de forças que permeia o ato de narrar. O autor argumenta que a análise da narrativa, no contexto de sua configuração, possibilita a compreensão desses jogos de poder.

4 Informação e Narrativa: o papel das tecnologias e das mídias

Pelo fato da ascensão da Ciência da Informação ter ocorrido em um contexto de amplo desenvolvimento científico e tecnológico que se seguiu à Segunda Guerra Mundial (SARACEVIC, 1996), resultado de uma explosão informacional poucas vezes vista na história da humanidade, há uma forte tendência de aproximar e relacionar os estudos da área dos estudos sobre as tecnologias. A respeito dessa aproximação, o autor afirma que a área é inexoravelmente ligada às tecnologias de informação, que imperam e determinam os seus rumos. Sem dúvidas, toda e qualquer discussão que envolva Ciência da Informação precisa levar em consideração o contexto tecnológico do fenômeno estudado, sendo este o caso também das narrativas. Para nos ajudar, Saracevic (1996, p. 55) aponta qual ênfase deve ser dada:

A tecnologia é, sem dúvida, central em CI [Ciência da Informação], mas é também fundamental, por exemplo, para a ciência da computação? Ou são os aspectos humanos (conhecimento, registros do conhecimento, comunicação, contextos individual, institucional e social, necessidade de uso da informação...) fundamentais como alicerces sobre os quais as soluções tecnológicas devem ser construídas? (SARACEVIC, 1996, p. 55).

Concordamos com a perspectiva do autor, enquanto a tecnologia é definida pelos usos que dela fazemos. Contemporaneamente, temos acesso a uma gama de dispositivos e redes sociais virtuais, constantemente presentes em nossas vidas, sendo até difícil diferenciar o que, em nosso cotidiano, ocorre dentro e fora dessas mídias. Nesse contexto, essas tecnologias têm permitido aos sujeitos e grupos sociais assumirem o protagonismo na construção das narrativas socialmente compartilhadas – ou, pelo menos, tensionarem as narrativas hegemônicas.

Isso porque, na posse desses dispositivos, temos a oportunidade de compartilhar com os outros as nossas informações sobre os fenômenos que nos cercam, compondo nossas próprias narrativas sobre eles. As redes sociais virtuais são um exemplo disso: fortemente aderidas à vida cotidiana de grande parte da população mundial, seus fluxos informacionais são basicamente constituídos por narrativas sociais construídas colaborativamente, com a oportunidade de diferentes atores expressarem suas opiniões. Apesar de seu potencial, é fundamental apontarmos alguns aspectos limitadores das narrativas construídas nesses canais. Isso porque a fluidez e a instantaneidade características das narrativas compartilhadas em redes sociais virtuais, se pode ser interpretada como um diferencial, também se constitui em ponto fraco, na medida em que a velocidade dos fluxos informacionais nessas mídias as torna rapidamente obsoletas e efêmeras. Esse aspecto compromete sua capacidade de adentrar no tecido social, pois o tempo é um elemento crucial na manutenção das narrativas.

Obviamente, devido a questões mercadológicas, sabemos que nem todas essas narrativas possuem a mesma visibilidade, pois os algoritmos atuam a favor de certos conteúdos em detrimento de outros, de acordo com certos interesses e os financiamentos oportunos. Apesar disso, tais canais de comunicação, ao facilitarem a circulação de informações, favoreceram a proliferação de determinadas narrativas sociais sobre os fatos, o que as tornam hegemônicas na sociedade. Como qualquer outra mídia, as redes sociais virtuais, embora favoreçam a diversidade das narrativas sociais, também reforçam enquadramentos e relações assimétricas.

A partir de um olhar midiático sobre o tema, Nascimento (2007) entende que a mídia opera por meio de escolhas sobre o que deve ou não ser veiculado, produzindo significações específicas e pretendidas no público. Para a autora, a mídia é um agente no processo de demarcação de poderes, constituindo seu discurso com informações (verdadeiras), responsáveis por lhe conferir autoridade e credibilidade. Dessa forma, o estatuto de “verdade” da informação é o que lhe tornaria valorosa para a comunicação. Ainda de acordo com a autora, as mídias não são neutras, pois valoram e editam a informação.

[...] as informações não podem ser tomadas como dados isolados, passíveis de mediações ou atribuições de valores quantitativos, mas, antes, devem ser pensadas como micronarrativas que ao se concatenarem na cena midiática estabelecem determinadas significações, representativas de demandas já latentes nesse ambiente discursivo. (NASCIMENTO, 2007, p. 5).

A informação, no âmbito midiático, é compreendida como constituinte do processo comunicativo, responsável por estruturá-la e configurá-la de forma a comunicar o que se deseja. A informação é objeto de troca simbólica no universo midiático justamente por se caracterizar como narrativa, composta por relações significativas - uma trama que envolve o (acon)tecido social. Segundo Nascimento (2007), as informações interessam por constituírem um modelo narrativo, e as trocas midiáticas são forjadas justamente pelas narrativas sociais, uma vez que só é possível informar devido à configuração narrativa da informação, responsável pela troca.

Assim, nos deparamos com o desafio de compreender como é possível analisarmos as narrativas sociais. Propomos que elas sejam estudadas e apreendidas pela forma como se manifestam: por meio de informações. Ou seja, para entender como as narrativas sociais são construídas e partilhadas socialmente, é preciso analisar as informações que as constituem, desvendando suas camadas. Orientando-nos por esse olhar, compreendemos que o ato narrativo é uma prática de mediação informacional, pois cada narrativa que chega até nós só o realiza porque está enredada em um conjunto de informações mediadas por sujeitos e instituições, responsáveis por enquadrá-la conforme seus valores e visões de mundo.

Essa relação que visualizamos entre informação e narrativa faz com que os fluxos informacionais incidam sobre a forma de construção e comunicação das narrativas. Ou seja, os caminhos percorridos pela informação dão vazão a novas práticas narrativas, contexto no qual ocorrem mudanças nas formas de narrar e de ser narrado. Constituídas por informações, as narrativas sociais que produzimos reforçam as memórias socialmente partilhadas, que conformar nossas visões de mundo e orientam nossas práticas socioculturais.

Entendemos que há uma relação de simbiose entre informação e narrativa: as informações que acessamos ajudam a compreender melhor as narrativas sociais que conhecemos sobre os acontecimentos e o mundo que nos cerca. Afinal de contas, a partir de quais dados é possível crer que os comunistas são devoradores de crianças? O que as pessoas sabem sobre o confronto entre Israel e Palestina? Independente do volume de informações dos quais dispomos acerca desses temas, certamente conhecemos e consumimos alguma narrativa social sobre eles – quiçá, compartilhamos dela e a defendemos. Certamente, uma pessoa que reflita criticamente sobre esses temas ou adquira novas informações sobre eles, por exemplo, poderá questionar ou então aderir a uma nova narrativa social sobre eles. Isso porque as informações nutrem, tensionam, expandem e atualizam as narrativas sociais.

5 Conclusões

Longe de encerrar as reflexões sobre a temática, este texto objetivou refletir acerca das relações entre informação e narrativa. Tendo na experiência e na subjetividade a sua origem e na oralidade a sua expressão, a narrativa estaria fadada ao desaparecimento, devido à aceleração dos fluxos informacionais e à suposta objetividade da informação. Essa concepção, embora não seja propriamente imprecisa, equivoca-se ao compreender a informação apenas como algo neutro e objetivo. A informação, amparada em contextos cultural e socialmente definidos, não é objetiva, pois é sempre enredada por interesses de ordem política, econômica e social, como argumentado pela teoria dos regimes de informação.

Assim, a informação possui diferentes estatutos, sendo sempre passível de distorções e tensões, tendo em vista os interesses do contexto de sua utilização ou apropriação. O tempo é um elemento central nesse processo, pois ele molda a forma como nos relacionamos com a informação. A memória é responsável por possibilitar que as informações e as narrativas adentrem no tecido social, bem como por mantê-las ou não ao longo do tempo, de acordo com os jogos de poder e interesses dos sujeitos envolvidos.

Informação e narrativa, exploradas em nossa tessitura teórica, se relacionam por meio de complementação e dependência, pois entendemos que as narrativas sociais que circulam são mediadas por fluxos informacionais. A informação, além de nos apresentar a novas narrativas sociais, possibilita a atualização e a criação de novas

formas de interpretação sobre o mundo. Assim, podemos inferir que a informação que acessamos pode nutrir, tensionar, complementar, questionar ou expandir as narrativas sociais institucionalizadas e consagradas. A informação auxilia na construção de narrativas sociais sobre os acontecimentos, ao mesmo tempo em que possibilita a ativação das memórias sociais e seus enquadramentos, seja pelas lembranças ou pelos esquecimentos que produz.

Referências

- ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. **O que é ciência da informação**. Belo Horizonte: KMA, 2018.
- BARBOSA, Marcio Ferreira. **Experiência e narrativa**. Salvador: Edufba, 2003.
- BENJAMIN, Walter. O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. *In*: BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. São Paulo: Brasiliense, 1994. p. 197-221.
- CANDAU, Joël. **Memória e identidade**. São Paulo: Contexto, 2021.
- CAPURRO, Rafael. Epistemologia e ciência da informação. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 5., 2003, Belo Horizonte. **Anais [...]**. Belo Horizonte: ECI/UFMG, 2003.
- CAPURRO, Rafael; HJORLAND, Birger. O conceito de informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 12, n. 1, p. 148-207, jan./abr. 2007.
- CASTORIADIS, Cornelius. **A instituição imaginária da sociedade**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- COUZINET, Viviane. Do usuário ao iniciado: para uma cultura informacional partilhada. **Convergências em Ciência da Informação**, Aracaju, v. 5, p. 1-28, 2022.
- DODEBEI, Vera. Memória e informação: interações no campo da pesquisa. *In*: MURGUIA, Eduardo Ismael (Org.). **Memória: um lugar de diálogo para arquivos, bibliotecas e museus**. São Carlos: Compacta, 2010, p. 59-78.
- FROHMANN, Bernd. O caráter social, material e público da informação. *In*: FUJITA, Mariângela Spotti Lopes; MARTELETO, Regina Maria; LARA, Marilda Lopes Ginez de. (Org.). **A dimensão epistemológica da ciência da informação e suas interfaces técnicas, políticas e institucionais nos processos de produção, acesso e disseminação da informação**. São Paulo: Cultura Acadêmica Editora; Marília: Fundepe Editora, 2008. p. 13-36.
- GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélide. Novos cenários políticos para a informação. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 31, n. 1, p. 27-40, jan./abr. 2002.
- GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélide. O caráter seletivo das ações de informação. **Informare**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, 1999, p. 7-31.
- GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélide. Regime de informação: construção de um conceito. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v. 22, n. 3, p. 43-60, set./dez. 2012.
- JOVCHELOVITCH, Sandra. Psicologia social: saber, comunidade e cultura. **Psicologia e Sociedade**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 2, p. 20-31, maio/ago. 2004.
- LEAL, Bruno. Saber das narrativas: narrar. *In*: GUIMARÃES, César; FRANÇA, Vera (Orgs). **Na mídia, na rua: narrativas do cotidiano**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006. p. 34-46.
- LOGAN, Robert K. **Que é informação?** a propagação da organização na biosfera, na simbolosfera, na tecnosfera e na econosfera. Rio de Janeiro: Contraponto/PUC-RIO, 2012.
- MARTELETO, Regina Maria. O lugar da cultura no campo de estudos da informação: cenários prospectivos. *In*: LARA, Marilda Lopes Ginez de; FUJINO, Asa; NORONHA, Daisy Pires (Org.). **Informação e contemporaneidade: perspectivas**. Recife: Néctar, 2007. p. 13-26.
- MARTELETO, Regina Maria; SALDANHA, Gustavo. Informação: qual estatuto epistemológico? *In*: MORIGI, Valdir Jose; JACKS, Nilda; GOLIN, Cida (Org.). **Epistemologias, comunicação e informação**. Porto Alegre: Sulina, 2016. p. 69-90.
- MASSONI, Luis Fernando Herbert. **Informação, comunicação, memória e cidade: lembranças e esquecimentos nas narrativas turísticas sobre Porto Alegre e seu patrimônio cultural**. 2021. 212 f. Tese (Doutorado em Comunicação e Informação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2021.
- MATTELART, Armand. Sociedade do conhecimento e controle da informação e da comunicação. *In*: ENCONTRO LATINO DE ECONOMIA POLÍTICA DA INFORMAÇÃO, COMUNICAÇÃO E CULTURA. 5., Salvador, 2005. **Anais...** Salvador, 2005.

MORIGI, Valdir Jose; BONOTTO, Martha E. K. Kling. A narrativa musical, memória e fonte de informação afetiva. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 10, n. 1, p. 143-161, jan./jun. 2004.

MOTTA, Luis Gonzaga. **Análise crítica da narrativa**. Brasília: Editora UnB, 2013.

NASCIMENTO, Patrícia Ceolin. **A informação como narrativa**: mídia e troca simbólica. 2007. 101 f. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

SARACEVIC, Tefko. Ciência da informação: origem, evolução e relações. **Perspectivas em Ciência da Informação**. Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 42-62, jan./jun. 1996.

VALENCIA, José Francisco. Representações sociais e memória social: vicissitudes de um objeto em busca de uma teoria. *In*: SÁ, Celso Pereira de. **Memória, imaginário e representações sociais**. Rio de Janeiro: Museu da República, 2005, p. 99-120.

VOSGERAU, Dilmeire Sant'anna Ramos; ROMANOWSKI, Joana Paulin. Estudos de revisão: implicações conceituais e metodológicas. **Revista Diálogo Educacional**, Curitiba, v. 14, n. 41, p. 165-189, 12 jul. 2014.

Dados dos autores

Luis Fernando Massoni

Doutor em Comunicação e Informação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Bolsista de Pós-doutorado da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) no Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação (PPGCIN/UFRGS).

luisfernandomassoni@gmail.com

<http://orcid.org/0000-0001-6402-1036>

Valdir Morigi

Doutor em Sociologia pela Universidade de São Paulo (USP). Professor titular aposentado da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

luisfernandomassoni@gmail.com

<http://orcid.org/0000-0002-2304-399X>

Received: 2022-01-05

Accepted: 2023-01-17



This work is licensed under a Creative Commons Attribution 4.0 United States License.



This journal is published by the [University Library System](#) of the [University of Pittsburgh](#) as part of its [D-Scribe Digital Publishing Program](#) and is cosponsored by the [University of Pittsburgh Press](#).